

ENTREVISTA DE DANIEL MUNDURUKU  
A CRISTINA FERREIRA-PINTO BAILEY E REGINA ZILBERMAN<sup>1</sup>

Fale dos seus anos de formação: onde se criou, os anos de escola, situações e pessoas que marcaram sua infância e adolescência. Você freqüentava a escola com crianças da cultura dominante? Você se sentia muito diferente das outras crianças?

*Munduruku:* Nasci em Belém do Pará no ano de 1964. Este foi o ano do golpe militar no Brasil e isso mudou muito a relação do estado brasileiro com os povos indígenas. Cresci, portanto, sob a batuta militar tendo que ir para a escola com o intuito de “virar gente de verdade”, ser civilizado. Para os militares este era o propósito de sua política. Isso significava obrigar os indígenas a irem à escola, estudar como internos em instituições religiosas, aprender uma profissão, deixar de falar a língua nativa. Só desse jeito alguém poderia virar brasileiro, cidadão e deixar de ser selvagem.

Foi na escola que isso se acentuou mais porque era lá que eram reproduzidos os estereótipos que nos condenavam ao fracasso. Nas escolas éramos obrigados a aprender um idioma que não era nosso, a cortar os cabelos do mesmo modo e a usar um uniforme que nos tornava ridículos. Claro que isso acabava nos deixando em crise de identidade, pois éramos tratados como inferiores, atrasados e nós não queríamos ser isso para sempre. Não era incomum que as pessoas passassem a praticar um comportamento social diferente do que fora ensinado nas aldeias e a negar a sua própria condição étnica.

No meu caso aconteceu mesmo de eu considerar a possibilidade de não querer ser índio quando crescesse.

---

<sup>1</sup> Daniel Munduruku, nascido em Belém, é graduado em Filosofia, tendo-se licenciado em História e Psicologia. É diretor-presidente do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – INBRAPI. Em sua obra, inspira-se no imaginário indígena, que representa por meio de narrativas míticas e de personagens associados ao universo infantil. Podem-se destacar os seguintes livros: *Coisas de índio* (2000); *Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória* (2001); *Coisas de índio*, versão infantil (2003); *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2004).

Eliane Potiguara defende a necessidade de uma educação “diferenciada” para as crianças indígenas. Você concorda com ela? Poderia explicar o que é uma “educação diferenciada”?

*Munduruku:* A escola diferenciada já é uma realidade em muitas terras indígenas. É lei aprovada na constituição de 1988. Cabe aos Estados da Federação colocarem em prática. A luta do movimento indígena tem sido no sentido de obrigar o Estado Brasileiro a cumprir a lei. A Constituição Brasileira deu um passo muito importante na compreensão do que é ser indígena dentro do território. Infelizmente não houve continuidade e muitas dessas leis não foram normatizadas criando impasses que agora se fazem sentir em todos os campos da política indigenista do Estado.

O que fica claro para mim é que a Constituição diz que os indígenas são tão brasileiros quanto os brasileiros. Mas não são brasileiros como os brasileiros comuns. São diferenciados porque alguns destes povos não conhecem outras leis que não as próprias. Falam línguas diferentes, cultuam outras divindades, organizam-se socialmente seguindo padrões ancestrais, são regulados por uma economia de subsistência e possuem uma visão de mundo absolutamente diferente da ocidental. Por conta de tudo isso têm que ter uma educação diferenciada, ou seja, uma educação que privilegie seus métodos tradicionais de transmissão de conhecimentos.

Ao mesmo tempo são povos inseridos num contexto moderno e por isso devem ser introduzidos a este mundo de modo a chegarem a compreender – sem precisar ser violentados ideologicamente e sem serem obrigados a abrir mão de sua própria cultura identitária – a realidade que os cerca. É simples assim. Ora, quem deve garantir isso é o governo federal através de uma política séria.

Quando você começou a escrever? Que influências vê na sua literatura? Que autores o marcaram?

*Munduruku:* Desde jovem sou um bom leitor. Devorei livros e livros durante meus anos de formação. Como as bibliotecas eram muito precárias, eu lia tudo o que encontrava em minha frente: de vida de santo a bula de remédios. Fui educado pelos salesianos e freqüentei o seminário durante seis anos de minha vida. Sempre fui curioso e por isso aprendi a ler italiano folheando uma coleção sobre a vida de São João Bosco.

Certamente por isso devo ter voltado meu olhar para a biografia dos santos e para livros católicos de um modo geral. Por outro lado li bastante ficção científica, crônicas, gibis, fotonovelas e romance água com açúcar. Talvez tudo isso tenha me influenciado ou não.

O primeiro texto que tornei público escrevi aos 15 anos. Foi um texto sobre a páscoa. Imprimi num mimeógrafo a tinta e distribui pela comunidade. Não sei se alguém gostou, mas eu fiquei muito satisfeito com minha coragem.

Efetivamente comecei a publicar meus livros em 1996 quando lancei “Histórias de Índio”, um livro que surpreendeu o mercado livreiro por ser a primeira vez que um indígena publicava um texto voltado para o público infantil não-indígena.

Por que o Brasil demorou tanto a ver surgir autores indígenas na cena literária? Que escritores você destacaria hoje?

*Munduruku:* Os indígenas sempre foram ocultados pelo sistema político, sobretudo militar. Nossa condição era uma vergonha e era bom que permanecêssemos longe do cenário político. Oficialmente éramos inúteis. Foram organizações como o Conselho Indigenista Missionário – CIMI – ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNNB – que passaram a oferecer oficinas de textos e leituras para líderes e professores. A idéia da década de 1970 era criar materiais didático-pedagógicos para serem utilizados nas aldeias. Estes materiais – elaborados a partir da Teologia da Libertação e dos métodos de ensino populares – traziam um conteúdo crítico que foi ajudando os povos indígenas a tomarem consciência de sua própria condição social e a se perceber no cenário político nacional.

A dificuldade de aparecerem escritores se deu pelo fato de a escrita não ser um instrumento manipulado por nossos povos. Isso demorou mais de 30 anos até serem formadas novas gerações com experiência de cidade e de escola. Escrever é um ofício e como tal precisa haver prática, treino. Muitos líderes indígenas eram grandes oradores – e muitos registros de suas falas existem – mas escreviam muito pouco. Além disso, eram pessoas que estavam no afã da conquista dos direitos e sobrava pouco tempo para a escrita. Hoje isso tem mudado significativamente.

Escritores indígenas que destaco: Eliane Potiguara – pela coragem que sempre teve ao escrever sobre a diáspora indígena, sobretudo dos indígenas nordestinos; Olívio Jekupé, Guarani de São Paulo, pela simplicidade com que escreve assuntos difíceis; Kaká Werá Jekupé – Guarani – pela poesia de seus textos e pelo impacto que causa nas pessoas; Yaguarê Yamã – Maraguá do Amazonas – pela busca que faz de ser fiel à sua ancestralidade e ao respeito que demonstra pelos antepassados.

Você poderia falar sobre o trabalho do INBRAPI e sua importância?

*Munduruku:* O INBRAPI foi criado em 2003 a partir de uma demanda dos pajés de vários povos reunidos num encontro ocorrido em 2001, em São Luis do Maranhão. Um grupo de trabalho, composto por intelectuais indígenas de diferentes formações acadêmicas, resolveu submeter a criação de uma instituição voltada para a proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas. A iniciativa foi aprovada e assim foi criado o que viria a ser o INSTITUTO INDÍGENA BRASILEIRO PARA PROPRIEDADE INTELECTUAL – INBRAPI. Sua criação causou certo furor no meio acadêmico porque nos propúnhamos a debater um tema que “pertencia” aos doutores donos dos índios.

O trabalho do INBRAPI caminha, pois, na direção da proteção dos conhecimentos tradicionais se servindo, inclusive, dos mecanismos de propriedade intelectual porque consideramos que o saber indígena é a marca de nossos povos e este saber estava sendo expropriado e utilizado de uma forma atroz e prejudicial para nossos povos.

Graças à atuação do INBRAPI muito se tem caminhado no sentido de frear a biopirataria, a expropriação dos direitos autorais e a apropriação indevida das imagens de nossos povos.

O INBRAPI não é contra a pesquisa ou o acesso ao saber indígena. É contra a pesquisa perniciosa e o acesso indevido a estes saberes.

Qual é o papel da literatura no contexto do movimento indígena brasileiro?

*Munduruku:* A literatura tem de escancarar a vergonhosa relação que há entre o Brasil e os indígenas, também brasileiros. Através da ficção, da poesia, do romance, da crônica, da novela, entre outros gêneros literários, podemos esclarecer, educar, motivar e aproximar estas duas sociedades tão próximas e tão distantes.

Além disso, a literatura pode dar uma lição ao próprio movimento indígena: ao abordar temas caros ao movimento podem mostrar caminhos bem menos espinhosos para lidar com eles.

Um dos seus livros se intitula *Crônicas de São Paulo. Um olhar indígena*. De que modo “um olhar indígena” sobre a realidade difere de um olhar “negro” ou um olhar “branco”?

*Munduruku:* São Paulo foi terra indígena. Andar pela cidade é andar por cima da memória dos povos que aqui viveram. O “branco” não cultua os ancestrais, prefere os finados. Para ele só é sagrado a pequena parte em que ele enterrou seus mortos. Para o indígena todo solo é sagrado, daí o cuidado por todo o território onde perambula. É uma relação de responsabilidade que ele mantém com tudo, daí o cuidado, a não especulação, a não-propriedade privada, etc.

Escrever este livro foi um exercício para eu mesmo me sentir mais responsável pela cidade que me acolheu e uma reverência a todos aqueles e aquelas que se sacrificaram por ela.

Que papel desempenha o intelectual indígena brasileiro na sociedade contemporânea? De que forma intervém (pode e/ou dever intervir) no cenário nacional?

*Munduruku:* Ideologicamente o termo “intelectual” cria uma barreira, pois nos remete à necessidade do estudo, da academia. Segundo os princípios que regem a sociedade ocidental, o intelectual é aquele que usa o intelecto para criar alternativas para que a vida seja mais fácil para todo mundo. Este intelectual não cabe numa sociedade indígena. Ali todos estão comprometidos com o bem-estar e não precisam de quem pense por eles.

Por outro lado, quando nos vemos envolvidos pela sociedade “civilizada” percebemos a necessidade de contribuir. Aí pensamos: contribuir com o que, se desde sempre contribuímos? Quem sempre protegeu as fronteiras mesmo sem se dar conta disso? Quem manteve a floresta em pé? Onde estão as áreas verdes? E aí passamos a perceber que nossa presença é já nossa grande contribuição. Se “nada” fizermos já fazemos muito.

Ainda hoje existem aqueles que continuam a defender e a acreditar na imagem do Brasil como “democracia racial”. Sabemos, no entanto que a discriminação e o conflito racial formam parte da realidade brasileira. Fale das suas experiências nesse sentido. É uma utopia pensar que um dia será possível erradicar toda forma de discriminação e que, sim, seremos uma democracia pluriétnica?

*Munduruku:* Eu acho utópico, sim. Mas utopia tem a ver com esperança. Eu sou esperançoso. Tenho exercitado minha esperança quando vou às escolas e vejo as crianças desejosas do encontro com o “diferente” que se apresenta diante delas; quando converso com jovens e observo o desejo da revolução; quando encontro indígenas atuando em diferentes lugares e ocupando posições de destaque nos cenários culturais ou político.

Diariamente faço minha profissão de fé no ser humano brasileiro. Quero crer e creio na possibilidade da aproximação positiva e numa revolução silenciosa que vai acontecendo no coração de cada cidadão dessa nossa pátria.

O que significa para você “ser brasileiro”?

Acho as definições muito complicadas. Ser brasileiro não pode estar atrelado a uma posição geopolítica apenas. Isso é muito empobrecedor. Ser humano é mais fácil que ser brasileiro, pois nessa definição estão todas as ideologias defendidas longamente pelos mais diferentes sistemas políticos. Está aí inserida a idéia de fronteira, de patriotismo, de bandeira. Política pura, política burra.

Ser brasileiro não é uma condição de liberdade. É, ao contrário, prisão. No exterior, alguém ser brasileiro é sinônimo de derrotado. Quem vive fora do Brasil sente na pele o drama de ser índio, com um agravante: é discriminado por quem ele acredita ser um igual.

Para mim ser brasileiro é não ter vergonha da própria origem.

Ser brasileiro é se sentir em casa em qualquer lugar.

Ser brasileiro é não ter medo de enfrentar a indiferença.

Eu sou brasileiro. Tenho orgulho disso. Ser brasileiro me basta.

